



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STI/CLOG/DIREN-ANP/PF

Processo nº 08204.001428/2025-51

TIC - ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONTRATAÇÃO

1.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1.

Número do processo: 08204.001428/2025-51

2.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

- 2.1.
- Trata-se de necessidade de sistema eletrônico para controle de acesso de pessoas e veículos, para atendimento da DIREN-ANP (Diretoria de Ensino da Academia nacional de Polícia).
- 2.2.
- A DIREN-ANP é responsável pelo treinamento de todo o efetivo policial da PF, possui uma área muito grande, com vários prédios, instalação, depósitos, e está próximo de área de mata.
- 2.3.
- Atualmente a DIREN-ANP não possui nenhum sistema de videomonitoramento, ou de controle de acesso de pessoas e veículos.
- 2.4.
- O tamanho da área onde fica o complexo da DIREN-ANP dificulta a vigilância sem o auxílio de meios eletrônicos.
- 2.5.
- Uma análise do local levanta seria preocupação com relação a segurança orgânica do local.
- 2.6.
- Para atendimento a demanda é necessário a aquisição de uma solução, composta de:
- 2.6.1.
- Câmeras de vídeo.
- 2.6.2.
- Software de gerenciamento de câmeras, com as respectivas licenças de uso.
- 2.6.3.
- Software de leitura de placa veicular, com respectivas licenças de uso.
- 2.6.4.
- Software de reconhecimento fácil, com respectivas licenças de uso.
- 2.6.5.
- Dispositivos de controle de acesso como catracas e cancelas.
- 2.6.6.
- Software de controle de acesso com as respectivas licenças.
- 2.6.7.
- Servidores para armazenamento de imagem.
- 2.6.8.
- Switch de rede para interligação dos equipamentos.
- 2.6.9.
- Sistema ininterrupto de energia (Nobreak) para alimentação dos equipamentos.
- 2.7.
- Do alinhamento as políticas de governo digital:**
- 2.7.1.
- A contratação está alinhada com o DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024, que Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027, segue as diretrizes do DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024.
- 2.7.2.
- O atendimento da necessidade descrita nas demandas constantes nos DFDs, leva em consideração as questões da segurança da informação, da ética, e os preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 2.7.3.
- Por ser órgão de segurança pública, as especificações técnicas, os requisitos de segurança e de privacidade da informação, e as necessidades de negócios, levam em consideração o possível compartilhamento de dados entre as instituições públicas.
- 2.7.4.
- A demanda não é atendida atualmente pela central de compras do Governo Federal.
- 2.7.5.
- Os itens necessários para atender a demanda, não constam do catálogo de itens padronizados do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 2.7.6.
- Os itens necessários para atendimento da demanda, não constam do PMC-TIC (Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas).
- 2.7.7.
- O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- 2.7.7.1.
- ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025
- 2.7.7.2.
- Data de publicação no PNCP: 30/04/2024
- 2.7.7.3.
- Id do item no PCA: 79
- 2.7.7.4.
- Classe/Grupo: 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA
- 2.7.7.5.
- Identificador da Futura Contratação: 200340-29/2025
- 2.8.
- Do Alinhamento aos planos estratégicos da Polícia Federal:**

Tabela 01: Alinhamento aos planos estratégicos	
Objetivo Estratégico	3 – Transformar PF em uma instituição orientada por estratégia e governança.
KR Estratégico	3.6 – Aumentar em 50% os produtos e dados.
Objetivo tático-Operacional	3.6.2. – Democratizar o acesso a dados.
KR tático- Operacional	3.6.1. - Implementar 3 iniciativas de gestão e governança de dados.
	3.6.2 – Implementar ao menos 1 iniciativa para tratamento de grandes volumes de dados.
	3.6.13 – Implementar 3 iniciativas de fomento a cultura de dados.
Objetivo Estratégico	4 – Formar a Polícia do futuro, moderna e inovadora.
KR Estratégico	4.3 – Aumentar a eficácia do planejamento e das ações previstas no PDTIC do biênio 2024/2025, executando, no mínimo, 40% de suas ações.
Objetivo tático-Operacional	4.3.1 – Entender, priorizar, executar e monitorar as necessidades de TIC.
KR tático- Operacional	4.3.1.1 – Implementar 3 iniciativas para governança e gestão de TIC.
	4.3.1.2 – Implementar 5 ações para melhorar o acompanhamento e execução de projetos de TIC.

2.9.

Do Alinhamento ao PDTIC da Polícia Federal.

Tabela 02: PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
--

Necessidade de TIC			
ID da Necessidade	Descrição da Necessidade	ID da Ação	
N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.	A82	Contratar solução de armazenamento de dados corporativos
N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.	A107	Aprimorar e atualizar infraestrutura de rede física de
N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.	A108	Contratar infraestrutura de processamento, armazenagem
N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de TIC	A175	Contratar hardwares para projeto Mitra Nacional
N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de TIC	A186	Contratar solução móvel para reconhecimento facial
N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de TIC	A189	Contratar nacionalmente switches de rede
N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de TIC	A191	Modernizar arquitetura de todos os sistemas legados

2.10. Da não Incidência das Vedações dos Arts. 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94/2022:

2.10.1. O objeto da contratação, aquisição de solução de CFTV, não se enquadra nas vedações dos arts. 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94/2022, pois não constitui serviço público digital, não envolve desenvolvimento ou manutenção de softwares finalísticos, nem utiliza infraestrutura de TIC destinada à disponibilização de serviços digitais. Trata-se de solução de segurança física e vigilância patrimonial, com uso restrito e interno, alheia ao escopo das restrições previstas na Instrução Normativa.

2.11. Do não enquadramento da pretendida contratação na Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023:

2.11.1. O objeto desta contratação, solução de CFTV composta por equipamentos de vigilância, infraestrutura física e software embarcado de gerenciamento de vídeo, não se enquadra na Portaria SGD/MGI nº 750/2023, pois não constitui solução de transformação digital, não envolve contratação de serviços públicos digitais, nem trata de sistemas de informação, desenvolvimento, manutenção, hospedagem ou interoperabilidade de serviços digitais no âmbito do Governo Federal. Trata-se de solução de segurança física e patrimonial, com finalidade interna, operacional e restrita às atividades de vigilância de instalações, não havendo aderência às categorias de objetos regidos pela referida Portaria.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. DIREN-DIREN-ANP/PF

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

4.1. São áreas de negócios da Polícia Federal:

- 4.1.1. Apuração de infrações penais;
- 4.1.2. Prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho;
- 4.1.3. Polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- 4.1.4. Polícia judiciária da União;
- 4.1.5. Atividades administrativas de segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, registro de estrangeiros, controle migratório, emissão de documentos;
- 4.1.6. Segurança institucional e segurança de grandes eventos, de dignitários e de depoentes especiais;
- 4.1.7. Identificação humana civil e criminal;
- 4.1.8. Perícia técnico-científica.
- 4.1.9. Investigação criminal no âmbito Federal.
- 4.1.10. Treinamento operacional e de formação de novos Agentes.

4.2. Necessidade de negócios - Quanto ao processo de trabalho:

- 4.2.1. Controlar o acesso de pessoas, veículos, e monitorar o ambiente externo e interno da DIREN-ANP.

4.3. Necessidade de negócios - Quanto a Mobilidade:

- 4.3.1. O sistema deverá possibilitar a patrulha e controle de todo ambiente da DIREN-ANP, inclusive através de dispositivos portáteis.

4.4. Necessidade de negócios - Quanto a disponibilidade:

- 4.4.1. O sistema deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, operando sobre qualquer condição climática.

5. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

5.1. Software de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera:

- 5.1.1. Com suporte a ambiente de virtualização.
- 5.1.2. O Software deverá ter suporte no mínimo aos sistemas operacional Windows Server 2019 ou posterior, e ao Microsoft Windows 11 PRO ou superior.
- 5.1.3. Deverá permitir Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis com os fóruns de compatibilidade ONVIF Profile T, G e S, nos itens considerados obrigatórios em cada Profile.
- 5.1.4. Com autenticação de ponto único, para permitir aos usuários que através desse login possa ter acesso a todos os sites que compõem a solução.
- 5.1.5. Com suporte a multi-streaming usando métodos de compressão: MPEG4, H.264, H.265.
- 5.1.6. Deverá ser compatível com os bancos de dados SQL Server, Oracle Server, PostgreSQL.
- 5.1.7. Deverá permitir integração com o Microsoft AD.

- 5.1.8. Com recurso de gravação e reprodução.
- 5.1.9. Com recurso de exportação de dados de evidências.
- 5.1.10. Com Suporte a mapas.
- 5.1.11. Com recurso para detecção e reconhecimento de placa veicular.
- 5.1.12. Com recurso para detecção e reconhecimento facial.
- 5.1.13. Câmeras de vídeo para reconhecimento de placa veicular.
- 5.1.14. Câmeras de vídeo para ambiente externo, do Tipo Bullet com proteção IP 66 ou superior.
- 5.1.15. Câmera para ambiente interno, do Tipo Dome.
- 5.1.16. Câmera do Tipo PTZ para cobertura de grandes áreas externas.
- 5.1.17. As câmeras deverão estar em conformidade com o fórum ONVIF, profile S, G e T.
- 5.1.18. As câmeras deverão permitir autenticação baseada em porta 802.1x, EAP-TLS ou EAP-MD-5 ou EAP-PEAP.
- 5.2. **Software de controle de acesso:**
 - 5.2.1. Para controle de Acesso de Pessoas e veículos, baseado na leitura de cartões de identificação, ou leitura biométrica com ou sem contato, ou com reconhecimento de placas, ou com reconhecimento facial, bem como nas informações constantes na base de dados, inclusive com combinação dos recursos de autenticação, a partir de cadastramento previamente executado.
 - 5.2.2. Deverá permitir integração com o Microsoft AD.
 - 5.2.3. Deverá ser disponibilizada uma interface WEB, ou por software, com todos os recursos disponíveis na solução, o link de acesso à interface poderá ser integrado e disponibilizado no portal da Intranet da Polícia Federal. O Software de Interface Web deve se integrar à solução de single sign-on da PF. Pode-se utilizar OAuth2 ou SAML. A solução utilizada pela PF é o RH SSO (Redhat Single SignOn).
 - 5.2.4. O software deverá ser integrado para que seja capaz de se comunicar com bancos de dados da Polícia Federal, e dessa forma compartilhar informações de cadastros de usuários e de veículos.
 - 5.2.5. Deverá ser compatível com os bancos de dados SQL Server, Oracle Server, PostgreSQL.
 - 5.2.6. O Software deverá ter suporte no mínimo aos sistemas operacional Windows Server 2019 ou posterior, e ao Microsoft Windows 11 PRO ou superior.
 - 5.2.7. Catraca do Tipo pedestal para controle de acesso de ambiente.
 - 5.2.8. Cancela para controle de acesso de veículos.
 - 5.2.9. As cancelas, e catracas devem ser em forma de KIT, composto do equipamento, dos dispositivos de autenticação, e das controladoras.
 - 5.2.10. As cancelas devem ser acompanhadas de laço antiesmagamento.
 - 5.2.11. Devem ser previstos servidores de rede para processamento e armazenamento de imagens.
 - 5.2.12. Devem ser previstos switch de rede para interligação da solução coma rede de dados.
 - 5.2.13. O software de videomonitoramento e de controle de acesso devem ser integrados, para funcionarem em conjunto.
 - 5.2.14. A solução deverá permitir a aquisição e ativação em etapas.
 - 5.2.15. E necessário a contratação de serviço e instalação e configuração da Solução.
 - 5.2.16. A solução deverá ser licitada em forma de uma única Solução de TIC, para garantir a perfeita integração de todas as funcionalidades.

6. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

- 6.1. **Requisitos de Capacitação:**
 - 6.1.1. Será necessário treinamento na forma de transferência de conhecimento à equipe que atuará com a solução, com no mínimo 40 horas de duração.
- 6.2. **Requisitos Legais:**
 - 6.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;
- 6.3. **Requisitos de Manutenção:**
 - 6.3.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa, e evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.
- 6.4. **Requisitos Temporais:**
 - 6.4.1. A Entrega dos equipamentos contratado deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
 - 6.4.2. A Entrega dos itens de serviços deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 6.5. **Requisitos de Segurança e Privacidade:**
 - 6.5.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, a contratada deverá assinar Termo de manutenção do sigilo, e termo de ciência, conforme modelo disponibilizado pela contratante.
- 6.6. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:**
 - 6.6.1. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
 - 6.6.1.1. Os técnicos da Contratada, deverão observara as normas de segurança do trabalho, com o uso de EPI, quando estiverem realizando atividades no ambiente da Contratante.
 - 6.6.1.2. O atendimento da garantia deverá ser na língua portuguesa.
- 6.7. **Requisitos de Projeto e de Implementação:**
 - 6.7.1. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

6.7.1.1. A contratada deverá apresentar um projeto executivo, detalhando toda a instalação e configuração dos equipamentos, antes do início da instalação e ativação da solução.

6.8. Requisitos de Implantação:

6.8.1. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

6.8.1.1. A implantação ocorrerá em etapas, seguindo um cronograma físico-financeiro.

6.9. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:

6.9.1. O prazo de garantia sobre todos os itens da Solução será de 36 meses.

6.9.2. A garantia será prestada com vistas a manter a solução fornecida em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.9.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.9.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.9.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.9.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.9.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.9.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.9.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.9.10. A cobertura de garantia deve ser on-site.

6.9.11. O deslocamento de equipes técnicas da CONTRATADA para prestação da garantia, será inteiramente de responsabilidade da CONTRATADA, sem gerar custos para a CONTRATANTE.

6.9.12. Durante o prazo de garantia, todos os eventuais erros ou falhas, locomoções, trocas de equipamentos, atualizações de firmware identificado e todos os serviços para execução da garantia deverão ser corrigidos/fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.9.13. A CONTRATADA poderá optar pela substituição do equipamento por outro idêntico, sem gerar qualquer tipo de custos para a Contratante, mesmo nesses casos os tempos de atendimento de garantia deverão ser cumpridos.

6.9.14. Durante o prazo de garantia do equipamento, será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos, desde que, neste último caso, devidamente comprovada por laudo técnico expedido pelo fornecedor e confrontado com análise técnica por parte da Contratante.

6.9.15. Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser de mesma equivalência às do equipamento originalmente recebido.

6.9.16. Por questões de segurança de acesso ao ambiente físico das unidades da Polícia Federal, quando se fizer necessário deslocamento de um técnico da Contratada para realizar a manutenção, deverá ser fornecido previamente pela Contratada os dados de identificação do técnico.

6.9.17. Local de prestação da garantia: DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, com sede na Rodovia DF 001, Km 2 Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, na cidade de Brasília/DF

6.9.18. Requisitos de Experiência Profissional:

6.9.18.1. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários;

6.10. Requisitos de Formação da Equipe:

6.10.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados.

6.11. Requisitos de Metodologia de Trabalho

6.11.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB), ou da Ordem de fornecimento de Serviços, emitida pela Contratante.

6.11.1.1. A OFB ou OFS indicará o tipo de item, a quantidade e a localidade na qual os itens deverão ser entregues.

6.11.1.2. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e ou por via telefônica.

6.11.1.3. O andamento do fornecimento dos itens deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

6.12. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

6.12.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

6.12.2. A Contratada deverá entregar junto com a formalização contratual, o Termo de Manutenção e Sigilo, conforme modelo disponibilizado pela Contratante.

6.12.3. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, através de Termo de compromisso de manutenção de sigilo, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.

6.12.4. A Contratada deverá apresentar documento de Política de Segurança da Informação (POSIN), na assinatura do Contrato, a POSIN tem o objetivo de estabelecer diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências, normas e procedimentos de uso, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações, sistemas, documentos, correspondências e publicações, que estejam envolvidos na Contratação.

6.12.5. As especificações técnicas dos itens levam em consideração a Política Nacional de Segurança da Informação, aprovado pelo Decreto nº 9.637/2018, e a PORTARIA SGD/MGI Nº 852, DE 28 DE MARÇO DE 2023, que dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI.

6.13. Sustentabilidade:

6.13.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.13.2. Em atendimento ao Artigo 5º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, os bens licitados devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

6.13.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.13.4. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.13.5. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.13.6. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

6.13.7. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

6.13.8. Em conformidade com o Guia nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, em sua 6ª edição, a Licitante deverá comprovar que cumpre os critérios de segurança, e compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na PORTARIA INMETRO Nº 304 / 2023.

6.14. **Subcontratação:**

6.14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.15. **Garantia da Contratação:**

6.15.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% e nas condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.15.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.15.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.15.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

7. **ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENES E SERVIÇOS**

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

TABELA 01:					
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MEMÓRIA DE CÁLCULO
GRUPO ÚNICO	1	Software de Videomonitoramento (VMS) com Licenciamento por câmera.	Unidade	277	Deverá ser igual ao número de câmeras
	2	Licença por Câmera para Detecção e Reconhecimento de Placa Veicular.	Unidade	4	São 2 cancelas, com 2 câmeras por cancela, total de 4 licenças.
	3	Licença por Câmera para Detecção e Reconhecimento Facial.	Unidade	7	Deverá ser igual ao número de câmeras, conforme
	4	Câmera Tipo 1 – Bullet. (para leitura de placa)	Unidade	4	São 2 cancelas, com 2 câmeras por cancela, total de 4 câmeras.
	5	Câmera Tipo 2 – Dome. (interno)	Unidade	3	Em pontos específicos.
	6	Câmera Tipo 3 – Bullet. (externo)	Unidade	258	Em pontos específicos.
	7	Câmera Tipo 4 – PTZ. (speed dome)	Unidade	12	Em pontos específicos.
	8	Software de Controle de Acesso.	Unidade	1	1 licença completa.

9	<p>Catraca Pedestal Com: Urna Coletora.</p> <p>Placas controladoras para integração com o Controle de Acesso.</p> <p>Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato, sendo um de reconhecimento facial, e o outro de leitura de cartão.</p> <p>Licenças de Funcionamento para todos os itens.</p>	Unidade	4	2 para entrada 2 para saída no P1
10	Cartão de Proximidade – Crachá.	Unidade	10.000	Considera o histórico de entradas e saída nos últimos anos podendo ser adquirido de forma fracionada
11	<p>Cancela Reta ou Articulada.Com:</p> <p>Sistema de segurança ante esmagamento.</p> <p>Totem de Entrada e de Saída.</p> <p>Urna Coletora.</p> <p>Placas Controladoras para integração com o Controle de Acesso.</p> <p>leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato, sendo um de reconhecimento facial, e o outro de leitura de cartão.</p> <p>Licenças de Funcionamento para todos os itens.</p>	Unidade	4	2 para entrada 2 para saída no P1
12	Switch de acesso	Unidade	15	Em pontos específicos.
13	Servidor de Rede Referência: Dell PowerEdge R750 + Dell Storage MD1400	Unidade	2	<p>São necessários 2, para comportar as máquinas virtuais do VMS e do Controle de Acesso.</p> <p>Disponibilizar volumes para armazenamento e vídeos.</p> <p>Fazer balanceamento e redundância, para garantir a disponibilidade do sistema.</p>
14	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	Unidade	256	Considerar as câmeras internas, e próximas dos prédios, raio de até 70 metros.
15	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	Unidade	12	Considerar as câmeras externas, do Tipo PTZ em poste, que precisa

					de interligar via fibra. raio de até 150 metros
16	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Unidade	8		São 04 cancelas e 04 catracas, uma instalação por item, total de 8.
17	Serviço de entrega de Projeto executivo	Unidade	1		Uma unidade para atender todo o projeto.
18	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	Unidade	8		São 04 cancelas e 04 catracas, uma instalação por item, total de 8.

8. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

IN 01/2019 - SGD/ME

ANEXO I

4. CONTRATAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CENTRO DE DADOS, SERVIÇOS EM NUVEM, SALA-COFRE E SALA SEGURA:

4.1. Os órgãos e entidades que necessitem criar, ampliar ou renovar infraestrutura de centro de dados deverão fazê-lo por meio da contratação de serviços de computação em nuvem, salvo quando demonstrada a inviabilidade em estudo técnico preliminar da contratação.

8.1. **Das alternativas de mercado, e dos diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes, conforme inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022:**

8.2. **Soluções de mercado para videomonitoramento:**

8.2.1. **VMS: Sistema de Videomonitoramento**

8.2.1.1. Consiste em um software instalado em um servidor de rede, ou em equipamento dedicado com essa função com o software embarcado.

8.2.1.2. O VMS possibilita o controle das câmeras de vídeo, a gravação das imagens, e a gestão de acesso ao sistema.

8.2.1.3. Para funcionamento do VMS em conjunto com as câmeras de vídeo, são necessárias licenças de funcionamento, que podem ser por câmera, ou no caso de equipamento dedicado, as licenças já estão no equipamento.

8.2.1.4. Um VMS pode ser simples, para aplicação em condomínios, academias, escolas, neste caso o custo de aquisição é menor, no entanto são soluções que apresentam menor disponibilidade, e menor confiabilidade quanto a segurança.

8.2.1.5. Em ambientes de segurança pública, locais sensíveis, unidades militares, e industriais, são utilizados VMS mais sofisticados, que utilizam criptografia, redundância, e maior confiabilidade quanto a segurança.

8.2.1.6. Em casos em que é exigido um nível de segurança mais elevado, o sistema de videomonitoramento funciona de forma totalmente isolado da rede de dados, evitando assim qualquer acesso externo que possa comprometer a segurança.

8.2.1.7. O sistema de videomonitoramento pode ser implementado com recursos de leitura de placa veicular, reconhecimento fácil, e funcionalidades de análise de imagens, essas funcionalidades têm sido muito usadas atualmente para localização de Pessoas procuradas pela justiça, e no controle de grandes eventos. Esses recursos devem ser previstos nas câmeras de vídeo, e são agregados no VMS através da aquisição de licenças específicas para essas funcionalidades.

8.2.1.8. A funcionalidades pretendidas no VMS devem ser previstas nas especificações técnicas, e devem estar alinhadas com os padrões de mercado.

8.2.1.9. O padrão de interoperabilidade de VMS e de câmera de vigilância, mais utilizado é o ONVIF (Open Network Video Interface Fórum), padrão aberto global que visa promover a interoperabilidade entre produtos de segurança física baseados em IP, como câmeras de vídeo e sistemas de controle de acesso. Ele define interfaces para comunicação entre esses dispositivos, permitindo que funcionem em conjunto, independentemente do fabricante

8.2.1.10. Os sistemas de videomonitoramento modernos são todos baseado em IP (Internet Protocol address), tanto o VMS como as câmeras.

8.2.1.11. Nos projetos de videomonitoramento devem ser previstos servidores de rede para processamento e armazenamento de imagens, switch de rede adequados para interligação das câmeras de vídeo, licenciamento e instalação.

8.2.2. **Câmeras de videomonitoramento ou de vigilância:**

8.2.2.1. São dispositivos utilizados para obtenção de imagem, que operam geralmente em conjunto com um VMS.

8.2.2.2. São alguns tipos de câmeras de vigilância: Câmera dome para ambiente interno, câmera Bullet para ambiente externo e interno, câmera PTZ e câmera com múltiplos sensores para ambiente externo, existem tipos especiais para aplicação em áreas explosivas, por exemplo.

8.2.2.3. Câmeras externas devem ser providas de proteção contra intempéries, ou condições climáticas adversas, este tipo de proteção é definido como grau de proteção IP, que indica o quão resistente o equipamento é contra a entrada de poeira e água.

8.2.2.4. Na especificadas das câmeras deve ser observado o ambiente de emprego, a padronização quanto ao ONVIF (Open Network Video Interface Fórum), e a criptografia para garantir a segurança cibernética da câmera.

8.2.2.5. São encontrados vários tipos de câmeras no mercado, das mais simples para ambiente comum, como as mais sofisticadas para uso em ambiente sensível a questões de segurança. No caso de ambiente de segurança pública recomenda-se o máximo de cuidado na especificação da câmera, quanto as questões construtivas e de segurança da informação.

8.2.2.6. Na especificação de uma câmera deve ser verificado a necessidade de proteção contra impacto ou colisões, no caso grau de proteção IK, o grau IK varia de 00 (sem proteção) a 10 (máxima proteção).

8.2.3. **Soluções de mercado para sistema de controle de acesso de pessoas e veículos:**

8.2.3.1. Consiste em um software instalado em um servidor de rede, ou em equipamento dedicado com essa função com o software embarcado.

8.2.3.2. Necessidade licenças de funcionamento.

8.2.3.3. Pode ser simples, para aplicação em condomínios, academias, escolas, neste caso o custo de aquisição é menor, no entanto são soluções que apresentam menor disponibilidade, e menor confiabilidade quanto a segurança.

8.2.3.4. Em ambientes que exigem maior segurança, são utilizados sistemas mais sofisticados, com uso de protocolos específicos e criptografia.

8.2.3.5. Permitem o controle de acesso de pessoas e veículos.

8.2.3.6. São interligados com leitores biométricos e de cartões para autenticação, permitindo a autenticação em múltiplos fatores, como a combinação do leitor fácil com o leitor de cartão, ou coma leitura de placa veicular.

8.2.3.7. São capazes de controlar e acionar catracas, cancelas, fechaduras eletrônicas, e outros dispositivos de bloqueio.

8.2.3.8. Os sistemas mais modernos são baseados em protocolo IP (Internet Protocol address), e utilizam o protocolo OSDIP, que é um Protocolo Aberto de Dispositivo Supervisionado, de comunicação para sistemas de controle de acesso que permite a comunicação segura e eficiente entre leitores de cartões e painéis de controle, foi desenvolvido pela Security Industry Association (SIA) para substituir o protocolo Wiegand, oferecendo maior segurança e funcionalidades avançadas.

8.2.3.9. Os sistemas de controle de acesso (CA) podem ser integrados com o sistema de videomonitoramento, na forma de solução única, compartilhando dados dos sensores, bancos de dados, e permitindo o acionamento de dispositivos de bloqueios e geração de alarmes.

8.3. Solução 01: Da ampliação ou substituição da solução implantada, em conformidade com o inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022, alínea “i”.

8.3.1. Atualmente a DIREN-DIREN-ANP não possui sistema de Controle de Acesso. Os equipamentos de videomonitoramento são ultrapassados, atendem apenas blocos específicos e não são acessados através da rede PF.

8.4. Solução 02: Da aquisição na forma de serviços, em conformidade com o inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022, alínea “h”.

8.4.1. Consiste em contratar a solução na forma de serviços continuados, com suporte e manutenção corretiva, com pagamento mensal.

8.5. Solução 03: Da aquisição na forma de bens, em conformidade com o inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022, alínea “h”.

8.5.1. Consiste na contratação em forma de bens, com tempo de garantia definido, e no caso da Licitação da Polícia Federal, a licitação será na forma de Registro de preços, onde cada unidade gestora da Polícia Federal será uma unidade participante, responsável pela sua contratação.

8.5.2. A contratação da solução de CFTV por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) é justificada por se tratar de bens e serviços comuns, padronizáveis e de demanda recorrente, permitindo aquisições graduais e conforme a necessidade real das unidades participantes da IRP nº 02/2026 (SR/PF-SE, SR/PF-GO e SR/PF-AP), conforme documento SEI nº 145022327. O SRP proporciona flexibilidade orçamentária, evita superdimensionamento, viabiliza economia de escala, reduz custos administrativos e garante padronização tecnológica, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Desta forma, em relação à Solução 01 (aquisição de material) e à Solução 02 (locação de equipamentos ou contratação de serviço terceirizado), ambas foram avaliadas como inviáveis, considerando as especificidades operacionais e de segurança da Academia Nacional de Polícia.

8.6.1. O ambiente possui acesso restrito e os dados captados pelas câmeras não são de domínio público. A adoção de soluções que envolvam terceiros, seja por meio de locação de equipamentos ou contratação de serviços, representam riscos à integridade e ao sigilo das informações coletadas, podendo comprometer a segurança de servidores, colaboradores e alunos, além de colocar em risco a guarda de dados sensíveis e restritos.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11, II - análise comparativa de soluções, que deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação, observando:

a) necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas; (Alterado pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)

b) as alternativas do mercado;

c) a existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016;

d) as políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;

e) as necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual;

f) os diferentes modelos de prestação do serviço;

g) os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;

h) a possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço; e

i) a ampliação ou substituição da solução implantada;

j) as diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento. (Incluído pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)

9.1. Análise das soluções com base no inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022:

9.1.1. Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública, e as soluções adotadas: Trata-se de aquisição de servidores de rede, storage de armazenamento de dados, sistema ininterrupto de energia (Nobreak) e Rack de 19”, para instalação de equipamentos, o tipo de contratação é comum na administração pública, as soluções adotadas são através de aquisição na forma de bens, uma vez que são equipamentos com longo tempo de vida útil, e que devem apresentar alta disponibilidade.

9.1.2. Existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações: Não se aplica a essa contratação.

9.1.3. Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePing: Não se aplica a essa contratação.

9.1.4. Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMag: Não se aplica a essa contratação.

9.1.5. Padrões Web em Governo Eletrônico – ePwg: Não se aplica a essa contratação.

9.1.6. Padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis: Não se aplica a essa contratação.

9.1.7. Necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual

Parâmetro:	Descrição:	Solução 1: Ampliação ou substituição da solução implantada	Solução 2: Contratação na forma de serviços	Solução 3: Aquisição na forma de bens
Alínea “f”, art. II da IN SGD 94/2022.	os diferentes modelos de prestação do serviço;	Não atende	Atende	Não se aplica
Alínea “g”, art. II da IN SGD 94/2022.	os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;	Não atende	Não atende	Atende

Alínea "b", art. II da IN SGD 94/2022.	Alternativas do mercado	Atende	Atende	Atende
Alínea "e", art. II da IN SGD 94/2022.	Necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual.	Atende	Atende	Atende
Alínea "a", art. II da IN SGD 94/2022.	Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública, e as soluções adotadas.	Atende	Atende	Atende
Alínea "c", art. II da IN SGD 94/2022.	Existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações.	Não atende	Não atende	Não atende
Alínea "d", art. II da IN SGD 94/2022.	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePing.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMag.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Padrões Web em Governo Eletrônico – ePwg.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	e-ARQ Brasi	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

10. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., § 1º As soluções identificadas no inciso II consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.

10.1. A Solução 1 atende no caso de substituição, mas não no caso de aplicação, uma vez não ser possível ampliar a solução atual devido a defasagem tecnológica.

10.2. A solução 2 não será adotada por não atender aos requisitos de segurança da informação, e de continuidade da solução.

11. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

IN 01/2019 - SGD/ME, Art. 11., III - análise comparativa de custos, que deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo: (Alterado pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)

a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e (Alterado pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)

b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados;

11.1. Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO)

Solução Viável 3 – Aquisição de Solução de Videomonitoramento (VMS) e Controle de Acesso (CA)							
Item	QTDE	Valor unitário	Componente de Custo	Ano			Total
				1 (QTDE x Valor Unitário)	2	3	
1	277	R\$ 1.200,00	Software de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	177 (R\$ 212.400,00)	100 (R\$ 120.000,00)	---	R\$ 332.400,00
2	04	R\$ 2.850,00	Licenciamento para leitura de placa veicular	--	04 (R\$ 11.400,00)	---	R\$ 11.400,00
3	07	R\$ 2.750,00	Licenciamento para reconhecimento facial	--	07 (R\$ 19.250,00)	---	R\$ 19.250,00
4	04	R\$ 4.900,00	Câmera 1: para leitura de placa	---	04 (R\$ 19.600,00)	---	R\$ 19.600,00
5	03	R\$ 7.500,00	Câmera 2: dome (interno)	02 (R\$ 15.000,00)	01 (R\$ 7.500,00)	---	R\$ 15.000,00
6	258	R\$ 4.158,00	Câmera 3: bullet (externo)	177 (R\$ 735.966,00)	81 (R\$ 336.798,00)	---	R\$ 1.072.764,00
7	12	R\$ 8.250,00	Câmera 4: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	--	12 (R\$ 99.000,00)	---	R\$ 99.000,00
8	01	R\$ 169.700,00	Software de controle de acesso	01 (R\$ 169.700,00)	---	---	R\$ 169.700,00

9	04	R\$ 36.500,00	Catraca Tipo pedestal	04 (R\$ 146.000,00)	---	---	R\$ 146.000,00
10	10.000	R\$ 70,00	Cartão de identificação (Crachá)	5.000 (R\$ 350.000,00)	2.500 (R\$ 175.000,00)	2.500 (R\$ 175.000,00)	R\$ 700.000,00
11	04	R\$ 84.000,00	Cancela veicular	04 (R\$ 336.000,00)	---	---	R\$ 336.000,00
12	15	R\$ 40.000,00	Switch de acesso	07 (R\$ 280.000,00)	08 (R\$ 320.000,00)		R\$ 600.000,00
13	02	R\$ 335.000,00	Servidor de rede	02 (R\$ 670.000,00)	---	---	R\$ 670.000,00
14	256	R\$ 1.400,00	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	177 (R\$ 247.800,00)	79 (R\$ 110.600,00)	---	R\$ 358.400,00
15	12	R\$ 2.400,00	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	---	12 (R\$ 28.800,00)	---	R\$ 28.800,00
16	08	R\$ 2.000,00	Serviço de instalação para catracas e cancelas	08 (R\$ 16.000,00)	---	---	R\$ 16.000,00
17	01	R\$ 10.000,00	Serviço de entrega de Projeto executivo	01 (R\$ 10.000,00)	---	---	R\$ 10.000,00
18	08	R\$ 4.500,00	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	08 (R\$ 36.000,00)	---	---	R\$ 36.000,00
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 3				R\$ 3.214.867,00	R\$ 1.240.448,00	R\$ 175.000,00	R\$ 4.640.315,00

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

IN 01/2019 - SGD/ME

ANEXO I

1.4. No Estudo Técnico Preliminar da Contratação, deve-se:

1.4.1. Avaliar e definir ações para viabilizar a possível substituição da solução a ser contratada adotando medidas que minimizem a dependência tecnológica, a exemplo da adoção de padrões tecnológicos comuns de mercado ou padrões abertos e da previsão de serviços e funcionalidades de migração;

1.4.2. Avaliar a diferença entre o preço de manter a solução implantada e o de substituí-la por outra semelhante, considerando-se os valores das licenças e dos serviços agregados, e os custos indiretos como migração de dados, aquisição de novos equipamentos, implantação e treinamento;

1.4.3. Identificar a compatibilidade de produtos alternativos que viabilizem a utilização da solução, de modo a não aceitar que se condicione o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de solução específica, nos casos de indicação pelo fabricante da necessidade de produtos específicos para viabilizar a utilização da solução a ser contratada;

1.4.4. Avaliar a viabilidade de permitir que empresas concorrentes participem da disputa pela contratação do serviço de suporte técnico; e

1.4.5. Avaliar o custo-benefício de contratar os serviços de suporte técnico e de atualização de versões, sejam ambos ou somente um deles, ou de não contratar nenhum desses serviços, considerando elementos como a necessidade de negócio e os riscos envolvidos.

12.1. Será adotada a Solução 3 deste ETP, com aquisição na forma de bens.

12.2. Serão necessários itens de serviço para instalação de componentes da solução.

12.3. Solução única de TIC, na forma de uma Solução Integrada de Sistema de videomonitoramento (VMS) com um Sistema de Controle de Acesso (CA).

12.4. A especificação da solução deverá permitir a contratação tanto de forma total, como parcelada, desta forma poderá ser realizada a aquisição do Sistema de VMS inicialmente, uma vez que a demanda por esse sistema é crítica, com posterior aquisição do sistema de Controle de Acesso.

12.5. A solução será composta de dois sistemas, um Sistema de Videomonitoramento (VMS) e um Sistema de Controle de Acesso, esses sistemas deverão possibilitar a integração de recursos e funcionalidades.

12.6. São itens necessários para a Solução:

12.6.1. Software de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera

12.6.2. Licenciamento para leitura de placa veicular

12.6.3. Licenciamento para reconhecimento facial

12.6.4. Câmera 1: para leitura de placa

12.6.5. Câmera 2: dome (interno)

12.6.6. Câmera 3: Bullet (externo)

12.6.7. Câmera 4: PTZ (grandes áreas externas)

12.6.8. Software de controle de acesso

12.6.9. Catraca Tipo pedestal

12.6.10. Cartão de identificação (Crachá)

12.6.11. Cancela veicular

12.6.12. Switch de acesso

12.6.13. Servidor de rede

12.6.14. Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.

12.6.15. Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.

12.6.16. Serviço de instalação para catracas e cancelas

12.6.17. Serviço de entrega de Projeto executivo

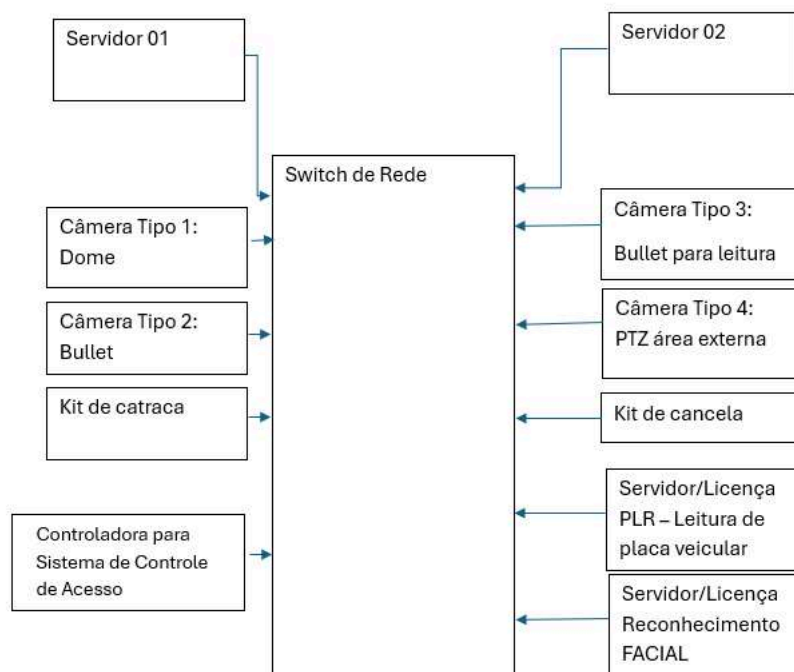
12.6.18. Controladora para Sistema de Controle de Acesso

12.7. Distribuição e aplicação dos servidores de REDE:

Servidor de Rede 1					
Máquinas Virtuais	VM 01	VM 02	VM 03	VM 04	VM 05
Aplicação	VMS	CA (Controle de Acesso)	Banco de Dados	Storage de Vídeo - 01	Storage de Vídeo - 02
Nº Processadores	8 core	8 core	8 core	8 core	8 core
Memória RAM	32 GB	32 GB	32 GB	64 GB	64 GB
Armazenamento	8 TB	8 TB	8 TB	64 TB	64 TB

Servidor de Rede 2				
Máquinas Virtuais	VM 01	VM 02	VM 03	VM 04
Aplicação	VMS	CA (Controle de Acesso)	Storage de Vídeo - 03	Storage de Vídeo - 04
Nº Processadores	8 core	8 core	8 core	8 core
Memória RAM	32 GB	32 GB	64 GB	64 GB
Armazenamento	8 TB	8 TB	64 TB	64 TB

12.8. Esquema da solução



13. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

IN 01/2019 - SGD/ME,IV - estimativa do custo total da contratação;

13.1. R\$ 4.640.315,00 (quatro milhões seiscentos e quarenta mil trezentos e quinze reais).

14. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

14.1. Conforme analisado neste ETP a Solução 3 foi adotada, por melhor atender a demanda, considerando os requisitos de negócios e tecnológicos.

14.2. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos técnicos

14.2.1. A solução será composta de dois sistemas, um Sistema de Videomonitoramento (VMS) e um Sistema de Controle de Acesso (CA), esses sistemas deverão possibilitar a integração de recursos e funcionalidades, e desta forma deverão ser adquiridos em grupo único, para garantir a perfeita integração dos sistemas em uma solução.

15. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

15.1. Os custos da solução estão de acordo com as melhores soluções de mercado, e atende aos requisitos de negócios.

15.2. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos econômicos

15.2.1. A solução será composta de dois sistemas, um Sistema de Videomonitoramento (VMS) e um Sistema de Controle de Acesso (CA), esses sistemas deverão possibilitar a integração de recursos e funcionalidades, e desta forma deverão ser adquiridos em grupo único, para garantir a perfeita integração dos sistemas em uma solução.

15.2.2. A solução permite a contratação no mínimo, em duas etapas.

16. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

16.1. Disponibilizar sistema de videomonitoramento, e sistema de controle de acesso para a DIREN-ANP.

16.2. Implementar recursos de segurança orgânica na DIREN- DIREN-ANP.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

17.1. Providencia pessoal técnico para acompanhar a implantação.

17.2. Verificar as necessidades de adequação das instalações Físicas para instalação da solução.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

18.1. A solução adequada foi a de número 3.

18.2. As soluções foram levantadas com base no inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022, e constam no tópico 8 deste ETP, as soluções foram analisadas no item 9 deste ETP, em conformidade com inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022.

18.3. Eficácia => A solução será entregue de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

18.4. Efetividade => A solução de TIC atenderá os objetivos de negócio e estratégicos da instituição.

18.5. Eficiência => A solução de TIC atenderá a demanda de forma eficiente com menores gastos.

18.6. Economicidade => A Solução permitirá a implantação parcial ou total, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

19. RESPONSÁVEIS

§ 2º O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC.

§ 3º Caso a autoridade máxima da Área de TIC venha a compor a Equipe de Planejamento da Contratação, a autoridade que assinará o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aquela superior à autoridade máxima da Área de TIC.

19.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída, conforme Documentos Sei nº 66935217, de 02 de julho de 2025.

19.2. Os Integrantes Técnicos foram indicados, conforme Documentos Sei nº 112543944, de 19 de fevereiro de 2026.

19.3. Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

(assinado eletronicamente)
WALVERNACK BESERRA
Perito Criminal Federal
INTEGRANTE REQUISITANTE

(assinado eletronicamente)
ANTONIO TIAGO COELHO DE BRITO
Agente Administrativo
Integrante Administrativo

(assinado eletronicamente)
EDISIO DE CARVALHO SANTANA
Agente Administrativo
INTEGRANTE TÉCNICO

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

20.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANE CORREA MACHADO
Delegada de Polícia Federal
AUTORIDADE MÁXIMA DE TIC DA UASG

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **EDISIO DE CARVALHO SANTANA, Agente Administrativo(a)**, em 01/04/2026, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALVERNACK BESERRA, Coordenador(a)**, em 02/04/2026, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANE CORREA MACHADO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 01/04/2026, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO TIAGO COELHO DE BRITO, Agente Administrativo(a)**, em 01/04/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145387690&crc=13B2B95C.
Código verificador: **145387690** e Código CRC: **13B2B95C**.